

# A questão da governabilidade

João Geraldo Piquet Carneiro

**A** governabilidade consiste, em última análise, na capacidade de o governo decidir e implementar suas decisões. Ao longo dos últimos meses, configurou-se um quadro de crise de governabilidade — fruto da paralisação do processo decisório em face do recrudescimento da inflação. Na ausência de decisões, não havia o que implementar e tampouco o que transmitir à sociedade.

A perplexidade e as hesitações do Governo extravasaram os limites do campo econômico e contaminaram a esfera política. O quadro de anomia, ou seja, de ausência de normas e comandos, parecia cristalizar-se. Mas, como se sabe, o poder tem horror ao vácuo. Tornava-se, assim, cada vez mais improvável a persistência do quadro anômico sem o risco de algum tipo de impasse ou ruptura. Ou seja, de crise política.

Finalmente, o Governo tomou a iniciativa de sair do imobilismo e propor um novo plano de estabilização econômica. O simples fato de haver decidido, nas atuais circunstâncias, significou o preenchimento do primeiro requisito básico da governabilidade. Se esse plano é o mais adequado para combater a inflação inercial e quais serão seus efeitos sobre o conjunto da economia são indagações que pertencem a uma outra órbita de análise. O fato político relevante é que o Governo rompeu a inércia da sua auto-imposta imobilidade.

O passo seguinte será cumprir o segundo requisito da governabilidade: implementar com eficácia as decisões tomadas. No entanto, dois fatores conspiram para tornar essa tarefa mais complexa e desafiante. O primeiro, de natureza

gerencial, tem a ver com o avançado estado de obsolescência da máquina administrativa federal. O segundo, de índole política, decorre do recrudescimento do clientelismo e de práticas fisiológicas incompatíveis com qualquer critério de eficiência administrativa.

Na impossibilidade de realizar-se uma ampla reestruturação da administração pública, resta ao Governo promover reformas emergenciais setorializadas e concentradas nos órgãos mais críticos para o sucesso do novo plano econômico. Será necessário, para esse fim, identificar as *ilhas* remanescentes de competência e experiência dentro desses órgãos e com elas tecer novas alianças. Será necessário, além disso, muita criatividade gerencial e uma boa dose de heterodoxia. Acima de tudo, será imprescindível compreender, de uma vez por todas, que reformas se fazem com indivíduos e não com estruturas. Estas, por mais perfeitas que sejam, não funcionam sem bons gerentes.

A condição básica para que a reforma emergencial seja minimamente viável é a suspensão ou redução do ímpeto clientelista. Ocorre, todavia, que isso não se fará por decisão unilateral do Governo. O clientelismo é um *contrato* entre duas partes, uma das quais é a classe política. Sem a colaboração desta, manifestada pela vontade de seus líderes, não haverá possibilidade de se construir um verdadeiro *pacto anticlientelista*.

Uma vez atendidos os dois primeiros requisitos da governabilidade, não faltará ao Governo competência, prestígio e credibilidade para prestar contas à sociedade de suas decisões e ações. O sucesso do plano estará, então, garantido.

João Geraldo Piquet Carneiro é advogado.

JORNAL DO BRASIL

20 JUN 1987